

XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Eixo Temático: Educação e Democracia

DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO: caminhos possíveis em busca de espaços democráticos

Cirlei Giombelli¹
Edina de Souza da Silva²
Crislaine Vargas Basso³

RESUMO

O presente trabalho é fruto de estudos, discussões e reflexões realizadas no início e posterior a conclusão do curso de lato sensu em Gestão Escolar, no qual buscamos compreender quais os entraves relacionados à efetividade da educação democrática. O objetivo deste trabalho é estabelecer diálogos reflexivos acerca de espaços democráticos e como se efetivam no ambiente educativo. Como percurso metodológico percorrido foi a pesquisa documental, bibliográfica, análise interpretativa, para compreender o objeto de investigação. Conclui-se que para estabelecer diálogos reflexivos acerca dos espaços democráticos é necessário que ocorra a participação coletiva de trabalho junto à comunidade. Além da necessidade de fortalecer a atuação de Conselhos Escolares e Conselhos Municipais de Educação, além de implementar a instituição dos Fóruns de Educação e incentivar a participação da comunidade nas Plataformas online. Portanto, para ser ou tornar-se democrático, precisamos nos constituir coletivamente, sendo a escola um espaço fundamental para o desenvolvimento da democracia.

Palavras-chave: Democracia. Educação. Escola. Gestão.

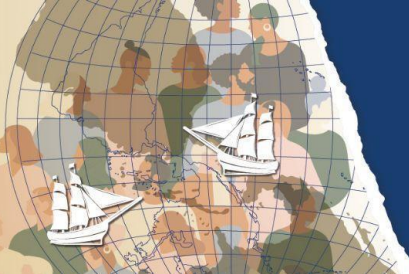
INTRODUÇÃO

Ao longo da história a relação entre educação e democracia tem sido tópico de debates constantes, destacando a necessidade de uma educação que possibilitasse a razão e a capacidade crítica das pessoas, estas fundamentais para a participação democrática. Relação e debate que ganhou maior destaque principalmente nos séculos XIX e XX, com

¹ Doutoranda em Educação, Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), cirleilh@gmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim-RS. E-mail: ednasys33@gmail.com

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim-RS. E-mail: crislainevargasbasso@gmail.com



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



o surgimento dos movimentos democráticos e o desenvolvimento dos sistemas educacionais.

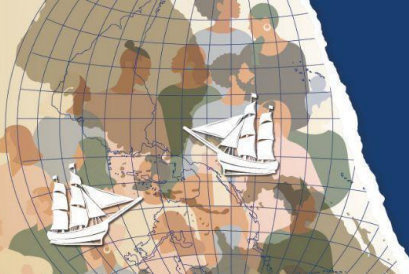
Retomando a trajetória histórica referente à relação educação e democracia, percebe-se avanços. Esses não surgiram ao acaso, todos através da luta, da mobilização e do surgimento dos movimentos democráticos, em que pessoas buscavam e sonhavam com uma sociedade mais justa, humana, igualitária, em que todos pudessem ter direitos considerados básicos, como o acesso à educação, saúde, moradia, liberdade de expressão, etc.

Porém, em pleno século XXI, marcado pelo acesso rápido das informações, pelos avanços significativos da tecnologia, globalização, existem involuções⁴ que nos inquietam, principalmente quando ouvimos quase diariamente um discurso que enfatiza sistematicamente a importância da educação e da democracia. No entanto, estes espaços democráticos, em sua grande maioria citados como avanços, só existem, porque estão garantidos por lei, mas que na prática ainda não são respeitados, e por vezes são burlados e estão como um faz de conta.

Percebe-se que várias práticas autoritárias ainda persistem em muitos contextos educacionais como: a indicação de diretores escolares, a não implementação de Fóruns de debates sobre educação; a não realização de Conferências; o não incentivo a participação de Conselhos sejam, eles de Educação ou das demais áreas, a não valorização dos profissionais da educação, o pouco investimento e o desvio de recursos destinados à educação, ao social, a cultura, etc.

Nessa perspectiva, o presente estudo se justifica pela necessidade de trazer elementos importantes para se pensar as problemáticas relacionadas à efetividade da educação democrática. Esse tema possui profunda relevância, sendo a democracia um dos princípios fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e participativos,

⁴ Segundo o relatório Luz (2022, p. 28) “as políticas de educação de direitos humanos estão em retrocesso [...] e não há ações nas escolas para enfrentar as demandas em direitos humanos (racismo, sexismo nos últimos anos)”. Fonte: RELATÓRIO LUZ 2020. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/>. Acesso em: 01 abr. 2024.



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



indispensável para as instituições de ensino, pois intenciona à organização, a mobilização e a articulação de todos os setores que estão relacionados às práticas escolares.

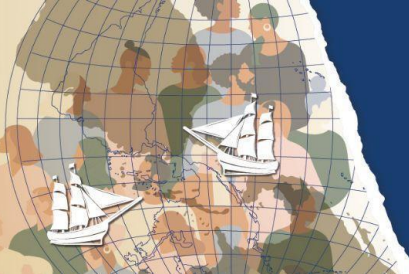
Portanto, o objetivo deste trabalho é estabelecer diálogos reflexivos acerca de espaços democráticos e como se efetivam no ambiente educativo. O percurso metodológico percorrido neste trabalho foi a pesquisa documental, bibliográfica, análise interpretativa, para compreender o objeto de investigação.

Considerando os desafios que se colocam diante da efetividade das políticas educacionais e de uma gestão escolar democrática, entendeu-se como necessária uma pesquisa que buscasse a compreensão de elementos que interferem nesta relação.

Desta forma, a estruturação do artigo se desenvolve em três seções: a primeira traz uma análise sobre as contextualizações e movimentos relacionados ao processo histórico da constituição da gestão democrática junto a educação brasileira e tem como aporte teórico Silva (2016); Cury (2007). Além dos documentos norteadores da educação brasileira, a Constituição federal (Brasil, 1988) e a Lei das Diretrizes e Bases (Brasil, 1996). A segunda seção traz reflexões e questionamentos referentes aos espaços democráticos que foram conquistados ao longo da história. A terceira as análises e considerações finais.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A educação é um dos pilares fundamentais ao desenvolvimento da sociedade, ela passou por vários processos de contextualização. No Brasil, foi estabelecida por várias bases legais ao longo dos anos, desde a Carta Constitucional de 1934, até a Constituição Federal de 1988. Mas, em relação à Gestão Democrática, a Constituição de 1988 e a Lei n.º 9.394/96 das Diretrizes e Bases (LDB) estabelecem-na como princípio básico. Outorgando, assim, o direito de todos à educação, além de permitir uma autonomia da escola na participação dos processos decisórios na construção da democracia. Sendo assim, à escola é instituído um papel fundamental na Gestão Democrática no sentido de assegurar, a todos, igualdade de condições para a permanência e sucesso na escola.



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí

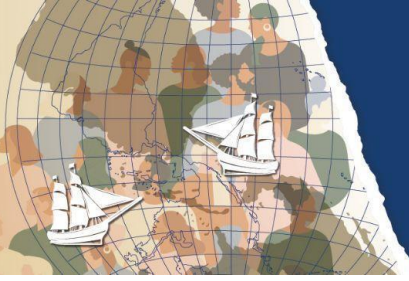


A Carta Constitucional de 1934 determinava entre os direitos civis e políticos a instrução primária gratuita para todos os cidadãos brasileiros (os escravos não eram considerados cidadãos brasileiros, portanto, excluídos de tal direito). Só em 1988, o direito à Educação deixa de ser assistido e passa a ser subjetivo. Portanto, se pode afirmar que no Brasil reconhece-se o direito à educação, juridicamente concedido a partir de 1934. Mas, só em 1988 com a Constituição Cidadã passou a ser um “Direito adquirido” a todos os cidadãos. Em relação às transformações do caráter da educação e sua finalidade pública no que se refere ao processo de democratização da educação como instrumento para construção de uma sociedade democrática, destaca-se o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova (1932). E, posteriormente, a Redemocratização ao final do século passado, com a Constituição Brasileira (1988). De acordo com Silva (2016, p.7) “foi durante no processo de redemocratização que as discussões sobre o novo modelo de gestão nas escolas ganharam força. Foram criados diversos eventos (de fóruns, congressos, seminários e outros) em todo o país, no sentido de reivindicar e esclarecer o modelo almejado de gestão”.

Então, por meio da LDB nº9394/96 amparada pela Constituição Federal, foi legalizada e normatizada a Gestão democrática como princípio regulador de todas as escolas da Rede Pública Brasileira. O Art. 3º., declara que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (Brasil, 1996). Portanto, quando se refere à gestão democrática relacionada à escola a gestão escolar, ela deve estar fundamentada na legitimidade de uma formação de cidadania, verdadeiramente, pública. É, também, estar atrelada aos aspectos de transparência, impessoalidade, autonomia, participação e coletividade. Para Cury (2007, p.7):

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais compromissados.

EDUCAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA - REFLEXÕES POSSÍVEIS



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS
V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



A Gestão Escolar Democrática é, por sua vez, um princípio orientador da escola pública brasileira que, de acordo com Luck, (2009, p. 70):

[...] se assenta na promoção de educação de qualidade para todos os alunos, de modo que cada um deles tenha a oportunidade de acesso, sucesso e progresso educacional com qualidade, numa escola dinâmica que oferta ensino contextualizado em seu tempo e segundo a realidade atual, com perspectiva de futuro

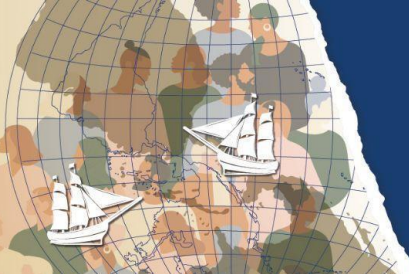
Um dos mecanismos para a contribuição e efetivação do acesso e do direito à educação se dá a partir da Gestão Escolar Democrática. Ela possibilita a mobilização e a articulação para garantir o avanço dos estabelecimentos de ensino voltadas para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, assim como a participação dos membros da comunidade escolar como forma de democratizar o ensino. Para Cury (2007), a presença da gestão democrática no cenário educacional brasileiro, principalmente em escolas públicas, incentiva uma participação ativa e comprometida de toda a comunidade escolar, pensando no acesso, na permanência, na qualidade e equidade.

Uma gestão que se diz democrática, precisa considerar a presença de *Órgãos Colegiados*, *Mecanismos de Participação em Processos Eleitorais de gestores*; *Plataformas Online de Participação*. Esses são alguns espaços democráticos conquistados por meio dos movimentos sociais de redemocratização que contribuem para a efetivação da Democracia.

Em relação aos *Órgãos Colegiados em Instituições Públicas e Privadas* - (Conselhos de Educação, Conselho do Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar- CAE, etc.); ou comissões formados por representantes de diferentes setores/entidades, os mesmos de extrema importância e relevância, dependendo do Conselho ou comissão podem ter a função de discutir políticas públicas, deliberar, fiscalizar, planejar e tomar decisões importantes para melhorar a vida das pessoas e avançar no processo democrático.

Já os *Mecanismos de Participação em Processos Eleitorais* - neste trabalho faremos referência a eleição de gestores escolares que possibilitam eleições mais democráticas, debates e engajamento do gestor com planejamento de uma proposta democrática voltada para a garantia da aprendizagem e a participação da comunidade na escolha e decisões coletivas da escola.

Outros espaços democráticos relevantes são os *Fóruns/Conferências de Educação* (Fóruns, Seminários, Congressos, Encontros), espaços vitais da democracia,



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



importantíssimos para a participação de toda a comunidade escolar para debater assuntos relacionados a educação, espaços estes de deliberações e decisões fundamentais para o planejamento e execução de políticas públicas. E também, *Plataformas Online de Participação* e outros espaços que possibilitem a participação e colaboração das pessoas. Mesmo com todas essas conquistas referentes à espaços democráticos, ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois existe um distanciamento entre a legalidade e materialização da gestão democrática nos espaços sociais, incluindo a escola.

Como esses espaços podem ser instituídos, se as redes de ensino não contemplam em seus planejamentos ou não estimulam efetivamente a participação destes espaços democráticos?

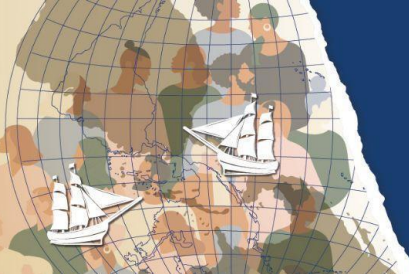
Desta forma, iniciamos a reflexão acerca das eleições de diretores escolares pois, esta ação quando democrática representa um avanço significativo. Porém, certas práticas precisam ser revistas dentro do contexto educativo, conforme dados do Anuário (2021, p. 112), “49,1% dos diretores escolares teve acesso ao cargo exclusivamente por indicação”.

No Anuário da Educação Básica (2021, p. 112):

No que se refere ao acesso ao posto de diretor, metade dos diretores das escolas públicas do País chegou ao cargo exclusivamente por indicação ou escolha dos gestores públicos. Outros 20% ingressaram exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar. Em 22 das 27 unidades federativas, predominou o acesso por indicação ou escolha da gestão.

Essa prática de indicação, de acordo com Vieira; Vidal (2015) ferem o princípio constitucional da gestão democrática quando usam da indicação política ao cargo. Também no VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030, na qual o Brasil assumiu o compromisso mundial em desenvolver metas relacionadas à Educação para a sustentabilidade⁵ afirma que houve retrocessos no que se refere a educação de qualidade, e ainda sugere que como uma das recomendações para que possa avançar no comprimento do objetivo de qualidade e equidade na educação, segundo GT Agenda 2030 (2021, p. 29) se faz necessário que o Brasil volte a:

⁵ O Relatório Luz, documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030/GTSC A2030), analisa a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil e mostra o que o país precisa fazer para cumprir o compromisso que assumiu junto à ONU de alcançar as metas globais até 2030. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2021/>. Acesso em: 01 abr. 2024.



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí

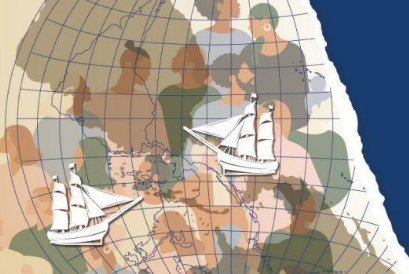


Efetivar a gestão democrática da educação e, em conjunto com a comunidade escolar, desenvolver estratégias para que a educação pública retome as atividades presenciais em segurança, garantindo investimentos em infraestrutura e saneamento, acesso à internet, aparelhos e tecnologias da informação

Outro debate aqui proposto é em relação aos conselhos escolares, órgão colegiado deliberativo e participativo. Pois, de acordo com as Leis 9.394/96 e 14.644/23 são previstas a representação tanto dos Conselhos escolares, quanto dos Fóruns dos Conselhos escolares. Porém, em relação a sua materialização e efetivação nas escolas como espaços democráticos, apresentam ainda, fragilidades relacionadas à falta de recursos humanos e financeiros; questões relacionadas à capacitação e formação continuada. Estas, compreendem algumas das questões que interferem na forma de conduzir a gestão.

Segundo os dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2021), um aspecto associado a essas fragilidades pode estar relacionado ao nível de escolaridade dos diretores, pois até 2020, de todos os gestores, 33.9% não apresentavam nenhuma pós-graduação e, em alguns casos, somente ensino fundamental (0,2%). Essa falta de formação adequada ao cargo pode influenciar diretamente no trabalho desenvolvido pelos conselhos escolares, uma vez que, o diretor ocupa uma função central no direcionamento das decisões que cabem ao conselho escolar.

Já em relação aos Conselhos Municipais de Educação a falta de representatividade é um dos principais obstáculos, além da pouca participação da sociedade civil; a limitação orçamentária; a falta de autonomia e poder decisório. Todos esses aspectos são consequências da falta de capacitação, formação e de participação ativa dos membros do conselho, além de questões burocráticas que compreendem alguns dos aspectos que dificultam as tomadas de decisões. Mesmo assim, é importante destacar, que segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2021), até 2018, 92,8% dos municípios brasileiros já possuíam os Conselhos Municipais de Educação. Porém, no que se refere aos Fóruns de Educação Escolar, a sua representatividade, ainda é insignificante. Contudo, cabe ressaltar, que tanto os Conselhos Municipais de Educação, quanto esses Fóruns, se



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



constituem como espaços democráticos imprescindíveis na continuidade e efetividade de propostas mais assertivas no âmbito educacional.

Portanto, é essencial que toda a organização social, e não somente a escola assumam o compromisso e responsabilidade com uma gestão democrática, e que esteja firmada em propostas participativas, menos centralizadas e mais próximas da comunidade escolar (Paro, 2007; Peres 2020). Estes, são caminhos possíveis para construção de espaços democráticos.

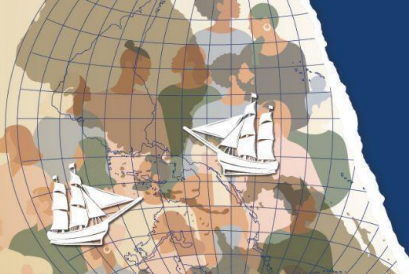
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito mais do que ser administrada, a escola requer um olhar diferenciado. A importância de uma boa gestão escolar se fundamenta em seu objetivo final, a construção do conhecimento. A gestão escolar democrática compreende um espaço aberto e ativo, que possibilita questionar, intervir e ter voz, em que todos possam participar e dar sua opinião. Precisa se afirmar enquanto um espaço público para a cidadania, que luta pela transparência, na qual, qualquer decisão e ação implantada seja reconhecida pela maioria. Ao estabelecer diálogos reflexivos acerca da Educação e Democracia, é necessária a constituição de espaços democráticos, em que ocorra a participação coletiva de trabalho em conjunto com a comunidade. Ou seja, fortalecer a presença de atuação dos Conselhos escolares e Municipais, além de fazer valer a instituição dos Fóruns Escolares e envolvimento de toda a comunidade nas Plataformas de participação. Portanto, para ser ou tornar-se democráticos precisamos nos constituir coletivamente, e a escola é o espaço fundamental para a aprendizagem e desenvolvimento da democracia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. São Paulo: Moderna, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em 02 abr. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **RBP**, volume 23, número 3, setembro/dezembro, 2007. p.. 483-495.



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**. Brasília: INEP/MEC, 2007.

GT AGENDA 2030. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda. **Relatório Luz. 2022**. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

PERES, Maria Regina. Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia. **Revista de Administração Educacional**, v. 11, n. 1, p. 20-31, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/aded/article/download/246089/36575>. Acesso em 01 abr. 2024.

SILVA, Rosilania Macedo. Processo histórico e político da gestão democrática escolar no Brasil. **Revista de Educação, Ciências e Matemática** v.6 n.2. Mai/ago 2016. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/3035/2141> . Acesso em 01 abr. 2024.

VIEIRA, Sofia; VIDAL, Eloisa. Gestão democrática da escola no Brasil: desafios à implementação de um novo modelo. **Revista Iberoamericana de Educación**, Número 67, 2015. p. 19-38. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/documentos/rie67a01.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2024.